

CAPÍTULO I

A NOÇÃO DE “CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO”

É pela noção de “condições de produção do discurso” que gostaríamos de abordar o exame das dificuldades encontradas pelas tentativas de teorização e, ao mesmo tempo, pela realização prática dos métodos no campo da AD. A noção de “condições de produção” (CP), tanto por seu lugar no sistema conceitual da AD, quanto pela heterogeneidade, muitas vezes contraditória, das definições de seu conteúdo, parece-nos, de fato, constituir o lugar e o sintoma de tais dificuldades.¹

1. AS ORIGENS DA NOÇÃO

Parecem ser de três ordens. A noção de CP origina-se inicialmente da *análise de conteúdo*, da maneira como esta se encontra praticada, especialmente em psicologia social. Na tradição dos trabalhos de Berelson

1 Essa noção, no entanto, pouco se prestou à discussão nos trabalhos de AD onde, por vezes, tem-se a impressão de que é considerada evidente. Os problemas que ela apresenta são abordados em Robin (1973, p. 21), Pêcheux-Fuchs (1975, p. 25), Maingueneau (1976, p. 13) e Marandin (1978, p. 149); essas diferentes análises parecem-nos, contudo, insuficientes.

(1952), a análise de conteúdo assume explicitamente como objeto a análise das “condições de produção dos textos” (HENRY & MOSCOVICI, 1968). Não nos deteremos nas críticas formuladas com frequência contra esse tipo de abordagem, contentando-nos em destacá-las brevemente.

A noção de CP é, por outro lado, atribuída aos “serviços” que a psicologia social pode prestar à AD, especialmente por Guespin (1971, p. 13) que acrescenta: “Com essas ofertas de serviço, estamos muito próximos da sociolinguística”. Essa observação parece-nos, na realidade, designar uma segunda origem da noção de CP, a *sociolinguística*, a respeito da qual convém acrescentar que seu papel é o de uma *origem indireta*. Se a sociolinguística se dá como objetivo “evidenciar o caráter sistemático da co-variância das estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito” (BRIGHT, 1966), ela admitirá como variáveis sociológicas “o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gênero de discurso), os objetivos do pesquisador (explicações históricas), etc.” (MARCELLESI, 1971a, p. 3-4). Guespin (1971, p. 19) reconhece nisso “variáveis sociolinguísticas, responsáveis pelas CP do discurso”.

O caráter de origem indireta que a sociolinguística tem referente à noção de CP do discurso parece-nos comprovado pelo fato de que a tradição sociolinguística americana, tal como ilustrada em Bright (1966), ou em Fishman (1968), ou ainda em Pride & Holmes (1972), ignora a AD, considerando apenas, a respeito do discurso, os problemas relativos ao bilinguismo ou então à etnografia da comunicação. O fato de que parâmetros sociolinguísticos sejam admitidos como CP do discurso fazem parte, pois, de sua reinterpretação no quadro da “análise sociolinguística francesa do discurso”, ao mesmo tempo que de sua analogia com as variáveis constitutivas do plano das CP do discurso, tal como as definem os psicossociólogos na prática da análise de conteúdo.

É no texto de Z. Harris (1952), *Discourse Analysis*, que se situa a terceira origem da noção de CP do discurso. Trata-se aqui de uma *origem implícita*: o termo não figura no artigo de Harris, que teve o papel de “matriz”² para a AD, conforme algumas opiniões. Encontra-se nele, em

2 No sentido de “modelo geral” que T. S. Kuhn (1970) dá a esse termo.

contrapartida, o termo “situação” correlacionado ao termo “discurso” quando se trata de considerar somente as frases de um único discurso contínuo, ou seja, aquelas que foram pronunciadas ou escritas umas após as outras, por uma ou várias pessoas, em uma única “situação”, ou ainda quando se trata de determinar a correlação entre as características individuais de um enunciado e “as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em *situações interpessoais condicionadas socialmente*” (HARRIS, 1969, p. 10).

Notemos inicialmente a insuficiência da elaboração dessa noção de “situação” que, para um linguista como Harris, ocupa, ao lado das noções de “particularidades de personalidade” e de “experiência do indivíduo”, o lugar de um impensado, aquele do “extralinguístico”, especificado apenas por sua exterioridade em relação ao objeto linguístico.

Observemos, em seguida, a compatibilidade das definições que ele propõe da “situação” com aquelas que a análise de conteúdo, em psicologia social, ou a sociolinguística admitem das CP do discurso. Observemos, enfim, que essas formulações (“características individuais de um enunciado”, “situações interpessoais”) designam o que a Linguística conhece como *sujeito da enunciação e situação de enunciação*.

Essas três observações podem conduzir à reconsideração do caráter original da sociolinguística, a respeito da qual falamos em origem indireta, e do trabalho de Harris, a respeito do qual falamos em origem implícita. Seguindo F. Gadet (1977), só poderíamos falar acerca da sociolinguística de origem derivada ou segunda na medida em que essa autora a vê como “uma forma refinada de psicologia social da língua”, o que coloca essa última disciplina como origem da sociolinguística e pode, pois, explicar a compatibilidade a que nos referimos anteriormente. Quanto ao trabalho de Harris, talvez tivesse sido melhor caracterizá-lo como origem “espontânea” ou “involuntária” da noção de CP, no sentido em que a representação do exterior do objeto linguístico inscreve-se “espontaneamente” na caracterização psicossocial de uma situação de comunicação. Esse conjunto de considerações reforça efetivamente o *caráter de origem direta* que atribuímos à psicologia social na formação da noção de CP.

Isso nos permite, por um lado, precisar o modo de articulação da Linguística e, por outro, de certas Ciências Humanas e Sociais na constituição

do discurso como objeto de uma disciplina específica, articulação na qual a AD frequentemente foi apresentada como constituindo o lugar. O que se enuncia como multidisciplinaridade necessária à AD e situa o discurso no campo de uma complementaridade (“tudo o que podem trazer outras disciplinas ao estudo de um fato linguístico” [GUESPIN, 1975, p. 5]) com o cortejo de denegações de que essas posições se acompanham (“a AD não poderia ser um cruzamento”..., “não se trata, pois, aqui de justaposição de disciplinas”... [*idem*]) parece-nos esconder o reconhecimento do fato de que a AD se inaugura sob o signo da *articulação de duas faltas*, da qual a noção de CP constitui o mais certo sintoma: a psicologia social à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de se sustentar sobre a base material da língua, o que não falta à Linguística; a Linguística, por sua vez, para a qual faz falta uma “teoria do sujeito da situação”, ou seja, das CP do discurso, invoca as disciplinas psicológicas e sociais. “O sentido de um texto, suas CP – que dependem do sujeito falante e do contexto situacional – concernem, mais particularmente, à psicologia e à sociologia” (PROVOST-CHAUVEAU, 1971, p. 8), o que pôde igualmente ser formulado assim: “o modelo de performance (do qual depende o discurso)³ recorre simultaneamente: 1) ao linguista, 2) ao psicólogo, no que se refere ao sujeito, 3) ao historiador e ao sociólogo, no que se refere à situação” (GUESPIN, 1971, p. 9).⁴ O recurso à multidisciplinaridade não contribui, nesse caso, senão para salientar o que ele se dedica a colmatar: a ausência de uma construção teórica do discurso.

Tudo isso parece caracterizar, quanto à noção de CP do discurso, um estado de partida cujas transformações se trata, agora, de apreciar.

3 Nós incluímos os parênteses.

4 Essas poucas observações sobre o “nascimento interdisciplinar” de AD parecem poder ser aproximadas das observações que Althusser (1975, p. 12) faz sobre o “nascimento” da psicanálise: “Quando uma jovem ciência nasce, o círculo familiar já está sempre pronto para a admiração, a jubilação e o batismo. Há muito tempo, toda criança, mesmo encontrada, é reputada filha de um pai e, no caso de uma criança prodígio, os pais disputariam no guichê, não fosse a mãe, e o respeito que se deve a ela...”.

2. AS TRANSFORMAÇÕES DA NOÇÃO

2.1 DEFINIÇÃO TEÓRICA VS. DEFINIÇÃO EMPÍRICA

Os estados sucessivos da noção de CP do discurso se dividem em dois conjuntos: um conjunto de definições que nomeamos *definições empíricas*, no qual as CP do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação – essas definições se situam na continuidade das origens da noção –; e um conjunto oposto de *definições teóricas*, que aparece desde 1971 em AD com o termo de *formação discursiva* (HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 1971, p. 102), proveniente do trabalho de Foucault (1969). Discutiremos mais adiante no Capítulo II essas definições teóricas.

2.2 UMA NOÇÃO DE CONTEÚDO HETEROGÊNEO E INSTÁVEL

a) Uma tentativa de definição empírica geral

A noção de CP conhece sua primeira definição empírica geral nos trabalhos de Pêcheux (1969, p. 16-29). Encontra-se neles definida, no quadro do esquema transformacional da comunicação de R. Jakobson (1963, p. 214), a partir de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever” (p. 18). As relações entre esses lugares objetivamente definíveis encontram-se representadas no discurso por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro (...).

A relação assim estabelecida entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais *o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo*.⁵

5 Isso foi objeto de um esclarecimento em Pêcheux & Fuchs (1975, p. 25).

Essas interpretações são possíveis, na verdade, por causa das ambiguidades da própria noção: por um lado, o recurso ao esquema da comunicação de Jakobson permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso, como as circunstâncias da produção (no sentido psicolinguístico do termo) de uma mensagem por um sujeito falante; por outro, essas formulações não são decorrentes da distribuição das tarefas espontaneamente operada em AD, pela qual as CP recebem sua caracterização da psicologia ou da sociologia. Os termos de “imagem” ou de “formação imaginária” poderiam perfeitamente substituir a noção de “papel”, tal como aquela utilizada nas “teorias do papel”, herdadas da sociologia funcionalista de T. Parsons (1961) ou ainda do interacionismo psicológico de Goffman (1971). Os pares nocionais lugar/formação imaginária, ou situação (objetiva)/posição (subjética), coincidem estreitamente com os pares estatuto/papel da sociolinguística de Bernstein (1975, p. 203 e seguintes) ou com posição social/papel do funcionalismo e da etnologia (por exemplo, RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 11).

A tentativa de definição geral, esboçada em Pêcheux (1969), não é, pois, de uma natureza que possa romper com as origens psicossociológicas da noção.

b) Operacionalização da definição empírica das CP

Se a noção de CP assimilada a um “vetor de formações imaginárias” constitui um quadro geral para a definição das CP do discurso (ou de qualquer discurso), parece-nos necessário distingui-la das CP de *um* discurso ou de *vários* discursos particulares, como estas podem encontrar-se definidas em um trabalho de AD.

Dessa forma, no trabalho de Courdresses (1971), que analisa os discursos de L. Blum e de M. Thorez na conjuntura do *Front populaire* (em uma perspectiva centrada na diferenciação enunciativa de tipos de discurso), a classe de hipóteses formuladas a título de CP do discurso garante a passagem contínua da história (a conjuntura e o estado das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologias que nele se manifestam) *pela mediação de uma caracterização psicossociológica* (as relações do indivíduo com o grupo) de uma situação de enunciação; isso vem ressaltar a posição conti-

nuísta ou transicional, referida anteriormente, a partir da qual as problemáticas da enunciação se esforçam para apresentar as relações entre língua e discurso. Notemos igualmente que as determinações propriamente históricas apagam-se nessa passagem: a caracterização do processo de enunciação em cada discurso não corresponde ao efeito de uma conjuntura, mas às *características individuais de cada locutor*⁶ ou ainda às *relações interindividuais* que se manifestam no âmago de um grupo (o “caráter” dos sujeitos enunciadore, a “inquietaude fundamental” de Blum, a diferença de formação dos dois líderes, as relações “afetivas” e “passionais” que os ligam ao grupo). Os planos histórico, psicossociológico e linguístico, aos quais as CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas.

Tentamos mostrar que a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo. Queremos acrescentar que esse conteúdo é igualmente *instável*. Na verdade, tanto no quadro da definição geral proposta por Pêcheux (1969) quanto na realização da noção como hipótese específica em uma pesquisa particular, ficou evidente que na ausência de uma hierarquização teórica dos planos de referência da noção, o plano psicossociológico (que estabelece como quadro a situação de enunciação, as interações verbais dos locutores nessa situação e as hipóteses tipológicas que estão ligadas a ela) domina, de fato, o plano histórico de caracterização das CP. Esse não é sempre o caso (especialmente em diferentes trabalhos de J. Guilhaumou, D. Maldidier, J.-B. Marcellesi, R. Robin...), o que tende a confirmar o caráter de instabilidade da noção.

No que diz respeito ao nosso trabalho, e em razão do quadro geral de definição das relações entre discurso e ideologia que expusemos na Introdução, gostaríamos de nos distinguir da irresistível atração que toda pesquisa, especialmente sobre a enunciação no discurso, parece ter por uma definição das CP em que domina a referência a uma situação psicossociológica de comunicação. O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a

6 Outros elementos críticos referentes ao trabalho encontram-se no Capítulo V.

existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. Isso parece necessitar de uma redefinição da noção que a reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva (o que tentamos no Capítulo II).

Para concluir sobre esse ponto, gostaríamos de indicar, a partir dos objetivos que fixamos e das observações que precedem, o que seria um impasse para a nossa pesquisa. Isso consistiria, de um lado, em fazer que o plano de definição de CP do discurso coincidissem com a noção de situação de enunciação, e de outro, em recorrer à *pragmática* como análise do jogo das interações verbais. Nessa concepção, a língua é assimilada às regras do jogo que instituem as relações entre os indivíduos na linguagem (Ver DUCROT, 1972; 1973;⁷ FILLMORE, 1974; SEARLE, 1972, por exemplo). Esse recurso à pragmática tende a se generalizar nas análises que têm como quadro os fenômenos enunciativos em discurso.⁸ Este se realiza em duas metáforas: a primeira apresenta o discurso como um *teatro*. Assim, para Vigneaux (1974, p. 169), o plano das CP se reduz a uma “análise circunstancial que permitiria alcançar uma unidade de conjunto necessária (do discurso), já que a argumentação é teatralidade”. Encontram-se traços dessa concepção em Maingueneau (1976, p. 133-138), mas ela se origina na noção de pressuposição em Ducrot. Para este último, a língua constitui um gênero teatral particular que “comporta, como irredutível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma gama de papéis que o próprio locutor pode escolher e impor ao

7 A crítica das concepções de Ducrot sobre esse ponto é encontrada em Henry (1977, p. 37 e seguintes) e em Ebel & Fiala (1974, p. 113-136).

8 O que está em questão aqui é muito mais a “filosofia” da pragmática, ou ainda a concepção da história que ela pressupõe do que as descrições linguísticas propostas por ela que, num certo número de casos, parecem-nos poder ser reinterpretadas em um quadro discursivo: pensamos, por exemplo, na descrição do funcionamento pragmático de certos conectores usados por Ducrot, que a análise do *intradiscurso* de uma sequência discursiva deve levar em conta. Outras noções, no entanto, como a de pressuposição – familiar à pragmática ou à semântica gerativa – são, de um ponto de vista discursivo, sujeitas à caução (voltaremos ao assunto no Capítulo VI).

destinatário”, e, entre esses papéis, a pressuposição “pode ser o (papel) mais permanente – na grande comédia da fala” (DUCROT, 1973, p. 49).

A segunda metáfora é aquela do *combate*. Pode ser vista em uma reformulação (BACHMANN, DURO-COURDESSES & LE GUENNEC, 1977) do artigo de L. Courdesse (1971). Essa metáfora se refere mais especificamente ao discurso político: o recurso à pragmática leva ao pé da letra a velha metáfora retórica da “justa verbal”. As CP não são mais identificadas a uma cena de teatro, mas ao ringue onde acontece uma “luta de boxe” (op. cit., p. 87), em uma abordagem psicossocial do “conflito político” como confronto interindividual.

Se considerarmos que todo discurso, e *a fortiori* todo discurso político, assume uma função essencialmente pragmática, que é meio de ação, o que atrai nossa atenção são seus procedimentos de produção na interação, suas finalidades, suas estratégias em função da situação dos interlocutores, das forças políticas presentes e dos objetivos que persegue (op. cit., p. 80).

Caberá portanto à AD identificar os protagonistas (L. Blum, M. Pivert), decompondo os “movimentos”, mostrando os “alvos” e determinando a “estratégia” (op. cit., p. 88) de cada um deles.⁹

É uma *psicologia social da língua* que está a serviço dessas duas metáforas. Ela tende atualmente a unificar o campo disperso dos métodos de tratamento dos textos em torno da noção de papel, que se encontra também em análise estrutural de texto (BRÉMOND, 1973), em pesquisas sobre a argumentação (VIGNEAUX, 1974), nas “hiperfrases de comunicação” das gramáticas de texto (CHAROLLES, 1976, p. 138), bem como na análise dos fenômenos enunciativos. As metáforas do discurso como teatro ou como combate têm o mérito de designar a lacuna existente entre essas perspectivas e aquelas que, em AD, têm por objetivo a articulação teórica

9 A definição das CP de um discurso, em tal quadro, parece-nos sair, sob a metáfora do combate oratório como na análise psicossocial do conflito como afrontamento interindividual, de um *simulacro* das contradições existentes em uma dada conjuntura histórica. Essa metáfora do combate, assim como a da representação teatral, encontra sua origem no interacionismo psicológico de E. Goffman.

da Linguística com a História: *é em campo fechado*, na cena do teatro ou entre as cordas do ringue, que se passam as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações da história.

3. CP E CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS DISCURSIVO: O PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM CORPUS EM AD

3.1 A COLETA DOS MATERIAIS

Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

Isso apresenta inicialmente o problema da coleta de materiais discursivos que em seguida serão organizados em vista de um tratamento de AD. É, pois, por extração, fora do que Dubois (1969a) designou como um “universal de discurso”, de sequências discursivas de uma certa forma que inicia essa operação. Se entendemos por “universal de discurso” o conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento, constatamos que a operação de extração consiste primeiramente em delimitar um *campo discursivo de referência* (quer se trate de um tipo de discurso, por exemplo, o discurso político, do discurso que tange a uma fonte particular no interior do campo do discurso político, por exemplo, o discurso político produzido por tal locutor ou tal formação política, do discurso que tange a uma fonte e a um momento histórico determinado, por exemplo, o discurso político produzido por tal formação política, em tal conjuntura, etc.), impondo aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneizem. A definição das CP do discurso garante a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas que conduzem a uma restrição do campo discurso de referência.

A definição das CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que comporão o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou

melhor, de um *filtro* que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um “universal de discurso”, extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência.

Convém inicialmente indicar que a própria noção de “universal de discurso”, que deixa entender que qualquer discurso produzido está suscetível de entrar em um *corpus* discursivo e, portanto, suscetível de ser tratado em AD, traz um problema: não existe, na realidade, nenhuma “nebulosa discursiva” que reúna a infinidade de discursos produzidos e que espere, em uma coexistência plana, que um analista de discurso venha tirá-los do esquecimento. Há discursos que jamais serão objeto de análise alguma, outros, ao contrário, pelos quais os analistas de discurso são ávidos: a maioria dos *corpora* discursivos tratados em AD, e o nosso não é uma exceção, são *corpora* de discursos políticos, extraídos do campo discursivo singularmente restrito dos discursos produzidos pelos órgãos de imprensa ou pelos porta-vozes de partidos políticos franceses e *principalmente por partidos políticos da esquerda francesa*. Será necessário tentar explicar a intensidade desse efeito (ver Capítulo IV).

Um campo discursivo restrito, tal como o que acabamos de designar, não nos parece, pois, ser extraído de um “universal de discurso” pelas virtudes da abstração empírica homogeneizante da definição das CP do discurso, mas, ao contrário, parece *preexistir* em toda noção de “universal de discurso” que intervém somente mais tarde.

É desse campo discursivo restrito que são extraídas as sequências discursivas que serão submetidas à análise. Definiremos as sequências discursivas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”: é preciso aqui indicar que a própria natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis e que a noção de “sequência discursiva” é uma noção *vaga*. Depende, na verdade, dos objetivos conferidos a um tratamento particular: a forma das sequências discursivas reunidas em *corpus* não será a mesma caso se trate de uma análise do processo da enunciação ou de uma “análise automática do discurso”, realizada sobre a base de sequências produzidas em situação experimental; os *procedimentos de segmentação*, que acabam por atribuir uma forma determinada a uma sequência, também são, portanto, variáveis.

Notemos, enfim, a *heterogeneidade dos planos de estruturação* dos *corpora* efetivamente realizados em AD: operaremos, logo após (conforme subitem 3.3), um levantamento sistemático das *formas de corpus*, isto é, das formas de organização das sequências discursivas na montagem particular que constitui um *corpus* determinado.

3.2 CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Critérios de constituição de um *corpus* discursivo em AD foram estabelecidos. De fato, em todos os casos, a constituição do *corpus* deve responder a exigências de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade”, características “que são comandadas pela adequação aos objetivos da pesquisa” (GARDIN & MARCELLESI, 1974, p. 240).

A exigência de *exaustividade* prescreve que não se deixe na sombra nenhum fato discursivo que pertença ao *corpus*, devendo ele “incomodar o pesquisador”. A exigência de *representatividade* indica “que não se deve tirar uma lei geral de um fato constatado uma única vez” (op. cit., p. 240). Esses dois princípios expressam, de fato, restrições às generalizações autorizadas pela análise de um *corpus*, em uma trajetória de tipo indutiva. Eles provêm, da mesma forma que o princípio de homogeneidade, das exigências que foram encontradas expressas em *linguística descritiva* na ocasião da constituição de *corpora* a partir dos quais se tenta situar fatos de língua: é a partir das exigências próprias à análise da língua que os princípios de exaustividade, de representatividade e de homogeneidade se encontram definidos. Isto deixa, pois, em aberto a questão sobre uma apreciação *especificamente discursiva* desses princípios (em relação a quê se pode avaliar uma exaustividade, representatividade e homogeneidade discursivas?).

A respeito do terceiro princípio, aquele da *homogeneidade*, os autores observam que se trata do *conceito mais difícil de utilizar, pois o estudo dos contrastes discursivos exclui a homogeneidade*. Nós nos esforçaremos para mostrar nas páginas finais deste capítulo que se o conceito de homogeneidade de um *corpus* discursivo é efetivamente difícil de utilizar é porque a constituição de *corpus* discursivo em AD, ao contrário, efetua-se na condição de um postulado muito importante de *homogeneidade* ou de

coerência discursiva, mesmo nos tratamentos contrastivos, e porque esse postulado de homogeneidade constitui um obstáculo a uma perspectiva como aquela que tentamos desenvolver.

3.3 A FORMA DO *CORPUS*

As sequências discursivas reunidas e que respondem às exigências expressas anteriormente receberão uma organização segundo um plano estruturado em certo número de *dimensões*, o que equivale a determinar uma *forma* ao *corpus* discursivo.

A forma dos *corpora* efetivamente realizados em AD pode ser representada por uma combinação simples ou complexa das seguintes dimensões que representam cada uma a oposição de duas restrições possíveis na série das homogeneizações sofridas pelo *corpus*:

- *Corpus* constituído por uma sequência discursiva/por várias sequências discursivas. O trabalho de Harris (1952) representa um exemplo do primeiro tipo de *corpus*, enquanto a maioria dos trabalhos de AD se encontra na segunda possibilidade.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas por um locutor¹⁰/por vários locutores. Essa dimensão é relativa ao(s) produtor(es) de discurso identificável(eis) em um *corpus* determinado. Os *corpora* do primeiro tipo são mais raros que os do segundo.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas/heterogêneas. Essa dimensão refere-se às análises de discurso político que são, em AD, mais frequentes que qualquer outra. Poder-se-ia falar igualmente de *corpora* constituídos de sequências discursivas que pertencem a uma formação discursiva/a várias formações discursivas.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas em sincronia/em diacronia. Essa dimensão, relativa à simultaneidade ou

10 Quer se trate de locutor(es) individual(is) ou coletivo(s), no sentido que Gardin & Marcellesi (1974) dão a esse termo.

à sequencialidade temporal de produção das sequências discursivas, determina dois conjuntos de *corpora*: aqueles da primeira categoria, que parecem ser mais abundantes, e aqueles da segunda.

- *Corpus* constituído a partir de arquivos (ou “*corpora* pré-existentes”, conforme o termo de GARDIN & MARCELLESI, 1974, p. 241)/ *corpora* experimentais (produzidos a partir de pesquisas empíricas por questionário, por respostas a certas regras...). Essa dimensão trata da natureza do modo de produção das sequências discursivas reunidas. Os *corpora* do segundo tipo são raros em AD.
- *Corpora* de dimensões simples/de dimensões complexas. Por *corpora* de dimensões complexas entende-se *corpora* que combinam restrições opostas em uma dimensão (ou em várias), por exemplo, *corpora* constituídos a partir de sequências discursivas produzidas em sincronia e, ao mesmo tempo, em diacronia, o que não acontece com os *corpora* de dimensões simples.

3.4 AS FORMAS DE *CORPORA* REALIZADAS EM AD E SEUS DOMINANTES

Representamos na Figura 1 uma lista sistemática das formas de *corpora* que foram efetivamente realizadas na ocasião de estudos particulares. Essa lista sistemática da classificação desses trabalhos segundo planos de estruturação definidos a partir das dimensões precedentes vai nos permitir separar as *formas dominantes* de constituição de *corpus* em AD.

Em relação às três primeiras dimensões, parece que os *corpora* discursivos são, em geral, constituídos de várias sequências discursivas, produzidas por vários locutores (individuais ou coletivos) a partir, mais frequentemente, de posições ideológicas heterogêneas ou contrastadas. De fato, o trabalho de Harris (1952) e certos estudos (VIGNEUX, 1973; LICITRA, 1974a; 1974b) próximos das pesquisas sobre a argumentação são os únicos a adotar uma perspectiva intradiscursiva que trata exaustivamente os elementos constituintes de uma única sequência discursiva. Tal perspectiva foi adotada, algumas vezes, para fins de exposição de um método de análise particular (PÊCHEUX, 1969) ou de sua crítica (FISHER & VÉRON, 1973).

Figura 1 Lista das formas de *corpus*.

	1 SD	+ 1 SD	1 LOC	+ 1 LOC	1 FD	+ 1 FD	SINC	DIAC	ARQ	EXPE
Malldier 1969		+		+		+	+	+	+	
Marcellesi 1969		+		+		+	+		+	
Harris 1969	+		+		+		+		+	
Provost 1969		+	+		+		+		+	
Meleuc 1969		+	+		+		+		+	
Courdesses 1971		+		+		+	+		+	
Gayout-Pêcheux 1971		+	+		+			+	+	
Malldier 1971a		+		+		+	+	+	+	
Malldier 1971b		+		+		+	+	+	+	
Robin 1971		+		+		+		+	+	
Slakta 1971a		+		+		+	+		+	
Slakta 1971b		+		+		+		+	+	
Marcellesi 1971a		+		+		+	+	+	+	
Pêcheux 1973		+		+		+	+		+	
Vigneaux 1973	+		+				+		+	
Fischer/Véron 1973	+		+		+		+		+	
Pêcheux-Wesselius 1973		+		+		+	+		+	
Malldier/Robin 1974		+		+		+	+		+	
Licitra 1974a	+		+		+		+		+	
Pêcheux 1974		+		+		+	+			+
Cantoklein/Ramognino 1974		+		+			+			+
Verges 1974		+		+			+			+
Palmade 1974		+		+			+			+
Pêcheux-Fuchs 1975		+		+		+	+			+
Gardin 1976		+		+		+	+		+	
Guespin 1976b		+	+		+			+	+	
Marcellesi 1976		+		+		+	+	+	+	
Malldier/Robin 1976		+		+		+	+		+	
Cluchague 1976		+		+	+		+			+
Bachmann 1977	+		+		+		+		+	
Ebel/Fiala 1977		+		+		+	+		+	
Labbé 1977		+	+				+	+	+	
Marandin 1979		+		+		+	+		+	

SD: *sequência discursiva*; LOC: *locutor*; FD: *formação discursiva*; EXP: *experimental*; SINC: *sincrônico*; DIAC: *diacrônico*; ARQ: *arquivo*; + 1 LOC: *vários locutores*, etc.

A maioria das análises iniciadas privilegia, portanto, uma perspectiva *contrastiva*: trata-se de comparar sequências discursivas produzidas

por um ou vários locutores a partir de posições homogêneas ou heterogêneas. Tal perspectiva se encontra fortemente representada tanto pelos trabalhos efetuados no âmbito da “análise harrisiana ampliada” quanto no das análises enunciativas do discurso. É no conjunto do trabalho de J.-B. Marcellesi que seus princípios foram mais claramente definidos. Voltaremos a isso mais adiante.

Constata-se igualmente que os *corpora* que reúnem sequências produzidas em sincronia dominam os que procedem a um reagrupamento diacrônico. Essa *dominância do sincrônico* apresenta o problema da constituição de um *corpus* discursivo a respeito do qual se levantam hipóteses de natureza histórica; ela tem, com efeito, uma dupla consequência:

- 1) Se afirmamos que todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos *elementos pré-construídos* – isto é, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes dele –, que se reproduzem por ele sob a determinação de seu *interdiscurso*,¹¹ pode-se prever que a constituição de um *corpus* discursivo, em referência a um plano sincrônico de definição das CP do discurso, produzirá um *esquecimento do interdiscurso*, sob a modalidade do apagamento do caráter pré-construído de certos elementos (sintagmas nominalizados, por exemplo) que todo discurso engloba. Esquecimento de que sempre-já há discurso...
- 2) Em consequência, pode-se prever, em tal caso, um risco de apagamento das condições propriamente históricas de produção do discurso em benefício da definição de CP que se confunde com as características de uma situação de comunicação, o que destacamos anteriormente.

Em um estudo recente, Gardin (1976, p. 13) faz um resumo surpreendente de tal deslizamento: “A relação de comunicação, *ou seja, finalmente as relações sociais*” (grifo nosso).

11 As noções de “pré-construído” e “interdiscurso” estão desenvolvidas no Capítulo II.

A predominância do sincrônico constitui, muito frequentemente, a materialização, em um plano de estruturação elaborado para tal estudo particular, de uma definição de *predominância psicossociológica* das CP do discurso, ao mesmo tempo em que constitui um retorno inesperado de uma forma de saussurismo no interior do sociologismo linguístico.

Duas observações impõem-se mais uma vez. Primeiramente, existem poucas análises realizadas a partir de *corpora* experimentais. Somente as aplicações da ADD¹² e – não há nisso o menor paradoxo – tentativas próximas da análise de conteúdo clássica (CANTOKLEIN, 1974; VERGES, 1974; PALMADE, 1974) privilegiam esse tipo de *corpus*. E, enfim, os *corpora* de dimensões complexas constituem a exceção (encontra-se essa preocupação especialmente em J.-B. Marcellesi, visto que alguns de seus trabalhos combinam dimensões sincrônica e diacrônica de produção das sequências).

4. FORMAS DE *CORPUS* E CONCEPÇÃO DAS CONTRADIÇÕES IDEOLÓGICAS

Gostaríamos, para concluir este capítulo, de relacionar certas *formas típicas* de *corpus* com a questão recorrente do tratamento da categoria de contradição em AD. Tomaremos emprestados exemplos dos trabalhos de análise do discurso político realizados a partir de *corpora* de arquivos, deixando para depois (conforme Capítulo II) a análise dos problemas surgidos nos *corpus* produzidos em situação experimental.

Destacaremos, de fato, nos trabalhos de AD política, formas de *corpus* que manifestam certa estabilidade na escolha e na organização de suas dimensões. Tomaremos, dentre esse conjunto de trabalhos, três procedimentos típicos quanto à constituição de um *corpus* discursivo em AD política: trata-se de um trabalho recente de D. Labbé (1977), *O Discurso Comunista*, do conjunto dos trabalhos de J.-B. Marcellesi (1969, 1971, 1976 e 1977), bem como das *Pesquisas sobre os discursos xenófobos* de Ebel & Fiala (1977).

Vamos nos esforçar para mostrar a relação implícita que se estabelece entre essas três formas típicas de constituição de um *corpus* discursivo com

12 Análise automática do discurso. Pêcheux (1969).

referência a um estado determinado das CP do discurso e certas concepções das *contradições ideológicas de classe*, preocupando-nos em destacar que, além de um simples dispositivo material, uma forma de *corpus* determinada em AD política constitui uma representação das contradições entre posições ideológicas de classe, sob a espécie de uma “teoria” das relações entre conjuntos de discursos (poder-se-ia aqui falar também em “formação discursiva”) produzidos a partir de tais posições. Traremos, enfim, tais concepções ao funcionamento da categoria marxista de “contradição”.

4.1 O DISCURSO COMUNISTA DE D. LABBÉ (1977)

A partir de contagens estatísticas realizadas sobre a base de unidades pivôs, conforme o Laboratório de Lexicologia Política do ENS de Saint-Cloud, esse trabalho de análise lexical se esforça para reconstruir uma temática do discurso do PCF, em sua permanência e em suas transformações, sob a forma de uma lista ordenada de orações mínimas (por exemplo: 1. “o poder atual está nas mãos dos monopólios”; 2. “o poder dos monopólios é a pauperização das massas”, etc.). Essas orações mínimas constituem as “frases de base” de uma verdadeira “gramática ideológica” que ordena o discurso comunista, cimenta a relação do indivíduo com o grupo (do militante com o partido) e produz uma “representação” que “organiza o mundo” (op. cit., p. 100-113).

Sem retomar as críticas que se pode dirigir aos procedimentos de contagens estatísticas (conforme especialmente PÊCHEUX, 1969), de seleção de unidades pivôs (conforme especialmente BORILLO, 1976) e de “frase de base” em AD (conforme especialmente MARANDIN, 1978), contentar-nos-emos aqui em caracterizar o plano de definição das CP dos discursos analisados: a forma de *corpus* considerada organiza sequências discursivas homogêneas quanto às posições ideológicas a partir das quais são produzidas (trata-se somente do discurso comunista) conforme uma dimensão diacrônica.

O discurso comunista, portanto, só se dirige a ele mesmo: as relações de antagonismo, de aliança, de recuperação, de sustentação... que ele pode estabelecer com outros discursos (com o discurso político da burguesia, com outros partidos políticos de esquerda, etc.) não são de forma alguma

previstas no plano de constituição do *corpus*. Isso tem como consequência o fato de ser sob a forma de uma *axiomática, não contraditória a ela mesma e globalmente contraditória* a um exterior discursivo que não foi considerado na definição das CP do discurso, que o “discurso comunista” se encontra representado.

Trata-se, pois, de uma “tradução” de uma concepção das contradições ideológicas de classe, na qual um termo da contradição encontra-se *isolado* e pensado como *idêntico a ele mesmo* e, ao mesmo tempo, *inteiramente contraditório* a um exterior não especificado. Se acontece de o autor fazer alusão a um eventual contato do discurso comunista com o discurso da ideologia burguesa (op. cit., p. 197), ele apresenta o discurso comunista mais como um bloco monolítico, impermeável e isolado, que encerra no fechamento de um tipo de “*gulag verbal*” aqueles que se reconhecem nele: “o homem aprisionado em sua linguagem fechada não parece capaz de quebrar a lógica desse sistema” (op. cit., p. 200).

Parece-nos que tal concepção das contradições de classe em AD política inscreve-se, considerando o discurso comunista, na teoria burguesa do *contra-Estado*, bem como certamente na “tendência” desta última, a concepção stalinista da “*fortaleza sitiada*”.

Indicamos, para concluir, que é pela metáfora do “teatro”, analisada anteriormente, que essa concepção se realiza: a “dramatização da vida política” ou ainda a “representação do real”, que fornecem a D. Labbé a conclusão de seu trabalho, sustentam-se somente por meio de uma *desmaterialização discursiva da história*.

INDIVIDUAÇÃO E CONTRASTE NOS TRABALHOS DE J.-B. MARCELLESI

É em “análise sociolinguística do discurso político” que encontraremos a segunda das formas típicas de constituição de *corpus* que desejamos mencionar: essas concepções foram desenvolvidas mais ampla e explicitamente no conjunto dos trabalhos de J.-B. Marcellesi. Elas se articulam em torno das noções de *individuação linguística dos grupos sociais* e de *estudo contrastivo* em AD.

“Por *individuação*, entender-se-á o conjunto dos processos pelos quais um grupo adquire um certo número de particularidades de discurso que podem permitir reconhecer, exceto por dissimulação ou simulação, um membro desse grupo” (GARDIN & MARCELLESI, 1974, p. 231). É no nível do léxico e, ao mesmo tempo, da sintaxe (tipos de frases, presença ou ausência de certas transformações...) que o estudo de tal individuação deve ser considerado a partir de discursos “atribuídos às mesmas condições de enunciação” e que apresentam “diferenças, no mínimo, parciais” (op. cit., p. 232).

A utilização do método contrastivo é, dessa forma, uma consequência do estudo da individuação.

Os *contrastes* ressaltarão paralelismos de evolução, as *aproximações* entre grupos, o maior ou menor *distanciamento* em relação ao sistema inicial. Assim, responder-se-á a questões como: o discurso dos comunistas, em 1925, está mais *próximo* ou mais *distante* do discurso da *Majorité de Tours* do que o discurso dos socialistas em relação à *Majorité de Tours* (supondo-se que se conseguiu constituir-los enquanto discursos *diferentes* desde *Tours*)? Ou então, sendo relativamente comum o ponto inicial, qual é o discurso que mais se *afasta*, e como, desse começo? (op. cit., p. 233).¹³

Observemos inicialmente que essa concepção do exame contrastivo induz à constituição de um *corpus* discursivo nas CP nas quais esses contrastes discursivos se encontram representados; esta constitui, pois, a crítica das visões de D. Labbé anteriormente expostas: “Nosso estudo parece condenar em nossa área qualquer estudo propriamente estrutural que exclua o exame contrastivo (...). Em sociolinguística, de uma forma geral, é preciso, pois, recusar a consideração dos problemas em termos de sociedade global e de contra-sociedade” (MARCELLESI, 1976, p. 121).

Os objetivos aos quais nos propusemos destacam, com efeito, a necessidade de articular, em uma forma de *corpus*, conjuntos de discursos produzidos a partir de posições ideológicas contraditórias. Acrescentare-

13 Grifos nossos.

mos, porém, logo após, que tal perspectiva não está bem de acordo com a primazia que a “análise sociolinguística do discurso” dá a uma *ótica diferencial ou contrastiva*: nossa posição se afasta daquela expressa nos trabalhos mencionados *no ponto em que a categoria de contradição se separa da noção de contraste*.

Na verdade, gostaríamos de indicar que não é necessariamente sob a forma de uma diferenciação discursiva que as contradições ideológicas de classe se inscrevem na esfera dos discursos. O par “individualização/contraste”, assim como o mostra o conjunto dos termos destacados na citação anterior, privilegia uma aproximação na qual a inscrição discursiva das contradições é medida pelo estabelecimento de diferenças, de proximidades ou desvios entre conjunto de discursos cuja individualização é, antes de tudo, postulada (“o método contrastivo é uma consequência da individualização”). É afirmar a pré-existência de contrários individuados por sua relação contraditória.

Aqui, parece-nos possível adiantar que o uso da categoria de contradição:

- 1) implica a primazia da relação de contradição sobre a individualização de contrários que a contradição “faz existir” no sentido em que ela os une e, ao mesmo tempo, os divide;
- 2) sublinha a irreducibilidade de tal relação de contradição a uma perspectiva puramente diferencial ou comparativa: a contradição é uma contradição “desigual”;
- 3) lembra que a individualização não é de modo algum um “estado inicial” e, sim, ela própria, um *processo contraditório*: os efeitos das contradições ideológicas de classe são identificados no próprio interior da “unidade” dos conjuntos de discursos cuja individualização é postulada;
- 4) tem como consequência o fato de que todo conjunto do discurso (discurso comunista, discurso socialista...) deve ser pensado como uma *unidade dividida* numa heterogeneidade em relação a ele mesmo, cujo traço cabe à AD política identificar. Isso equivaleria, por exemplo, mais que fazer da presença ou da ausência de uma determinada transformação o sinal de um desvio entre eles, a mostrar como o funcionamento discursivo de tal operação linguística permite a um conjunto de discurso, levantando

CP determinadas, integrar elementos que provêm de seu exterior heterogêneo.

Gostaríamos, para concluir esse ponto, de mencionar que a adoção de tal procedimento parece-nos ter como suporte observações recentes de J.-B. Marcellesi (1976, p. 122; 1977b, p. 4) quanto à relação entre contraste e contradição. Assim:

O que o movimento dos discursos políticos reflete antes de tudo *são as contradições das lutas políticas e sociais, e não diretamente os grupos em si* (grifo nosso).

ou ainda, apesar de uma restrição:

Está bem entendido que os contrastes na utilização da língua por grupos de diversas ordens são os resultantes das contradições da sociedade, mas a determinação pode ser complexa e passar por diversas mudanças e interações de modo que a consciência social pode muito bem não ser idêntica à existência social.

4.3 “REFERENTE SOCIAL” E “CIRCULAÇÃO DAS FÓRMULAS” NOS TRABALHOS DE EBEL & FIALA (1977)

Encontram-se, na terceira das formas típicas de *corpus*, as *Recherches sur les discours xénophobes* de Ebel & Fiala (1977), elementos críticos em relação aos dois primeiros: é o postulado de coerência ou de homogeneidade discursiva, que articula a definição das CP do discurso em uma forma de *corpus* determinada tanto em Labbé (“um único discurso para todos”) quanto na “análise sociolinguística do discurso” (a cada um, seu discurso...) que é aqui visado, através das noções de *condições de circulação dos discursos*, de *fórmula* e de *referente social*.

O estudo dos discursos xenófobos no âmbito das “práticas linguageiras” da formação social suíça leva os autores a adiantar que “não são unica-

mente as diferentes condições de produção que determinam efeitos de sentido diferentes, portanto, mudanças de sentido; são também as condições de circulação dos discursos, seus encontros” (op. cit., p. 10). Os discursos xenófobos não são, pois, visados como pontos isolados a partir de CP determinadas, mas tomados na perspectiva *transversal* do encontro, da mudança ou da “colocação em circulação das fórmulas” no âmago de discursos produzidos em condições heterogêneas (panfletos, discurso de um “locutor coletivo”, cartas de leitores de jornais ou discursos de “locutores individuais” produzidos a partir de posições ideológicas heterogêneas...).

A noção de “fórmula” emprestada de J.-P. Faye (1972a; 1972b) designa aqui morfemas lexicais (*ueberfremdung* e *xénophobie*) tendo “condensado em si uma massa considerável de discursos aos quais eles serviam, de certo modo, de *equivalentes semânticos* ou *paradigmas primitivos* para famílias parafrásticas de enunciados” (op. cit., p. 14). A noção de “referente social” provém da existência de tais “fórmulas”; atribuir uma “fórmula” a um “referente social” equivale a designá-la como elemento de um saber comum a todo locutor de uma dada formação social em uma conjuntura determinada: a fórmula *xenofobia* pertence, assim, a “uma categoria semântica comum ao conjunto da formação social da mesma forma que outras fórmulas, mais antigas, como *pátria*, *neutralidade*, *independência nacional*, *comunismo*, *liberdade*...” (op. cit., p. 16).

Essas formulações parecem apresentar uma vantagem e, ao mesmo tempo, um risco. Elas têm interesse em lembrar que os discursos produzidos a partir de posições ideológicas contraditórias não constituem de modo algum entidades separadas, e sim *permanecem em contato* pela circulação e pela troca de “fórmulas” para as quais importa definir as condições a partir de uma pluralidade heterogênea de CP.

Contudo, convém igualmente mostrar como as mesmas fórmulas podem imprimir valores contraditórios e é aí que nos parece encontrar-se um risco, apesar das precauções tomadas pelos autores. Se, na verdade, estes adiantam que “a noção de referente social comum numa formação social não exprime homogeneidade”, ou ainda que “essas fórmulas são sempre objeto de lutas”, ou que “essa batalha sobre as palavras é parte integrante da luta de classes” (op. cit., p. 17), o risco parece-nos grande através das noções de *referente social comum*, de fórmulas como *equivalentes semânticos*,

de *categoria semântica comum*, de chegar a uma *concepção hegemônica* da circulação das fórmulas no âmago de um “mercado de troca discursiva” que se confunde com o mercado de troca monetária e no qual as “fórmulas”, como peças de moeda passando de mão em mão, receberiam o mesmo valor.

Isso pode conduzir à constituição de discursos produzidos a partir de posições ideológicas dominadas por *variantes hegemônicas* do discurso da ideologia dominante, em uma perspectiva que dissolve as contradições ideológicas de classe. Talvez seja por esse subterfúgio que o postulado de homogeneidade, do qual os autores tentam separar-se, volta a introduzir-se em seu trabalho.

Esse conjunto de observações, que se originam das insuficiências da noção de CP do discurso, parece-nos exigir sua redefinição. Tentaremos redefini-la pelo conceito de formação discursiva, a fim de delimitar uma forma de *corpus* que preserve, em AD político, a possibilidade de identificar, através das produções e das mudanças discursivas, o efeito inscrito das contradições ideológicas de classe na materialidade dos discursos.